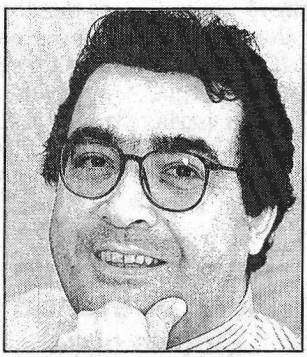
O programa e as circunstâncias

O Programa Nacional de Direitos Humanos, que o governo federal lança no 13 de Maio, aniversário da Abolição, é um belo gesto cercado por más circunstâncias. Vem à luz quatro dias depois que os líderes do mesmo governo promoveram, no Senado, o massacre de uma das propostas basilares do plano: o projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que mandava à Justiça Comum os crimes cometidos por policiais militares.

O projeto do deputado (que havia passado com louvor pela Câmara) determinava a extinção dos Tribunais de Justiça Militar nos Estados. Esses tribunais são o apêndice togado da corporação policial. Neles, faz-se de tudo, menos justiça. É na Justiça Militar que se defendem os acusados de chacinas como as do Carandiru, de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, com os resultados conhecidos. Melhor dizendo, sem resultados.

Na Justiça Militar são acoitados os PMs que, só em 1995 e só nas ruas de São Paulo, mataram 331 civis. Nem todos bandidos, mas quase todos pobres e pretos ou quase pretos, como apontam os legistas Gilberto Gil e Caetano Veloso. No Senado, prefere-se que as coisas continuem assim.



■ *Ricardo Amaral é jornalista*

Que governo é esse que luta para manter o Proer e não se empenha numa questão de princípio?

Para o advogado José Gregori, a quem foi encomendado o programa, a decisão do Senado é uma evidência de que a questão dos direitos humanos não é uma unanimidade nacional.

José Gregori bate o ponto na chefia de gabinete do Ministério da Justiça, mas seu verdadeiro mister é resolver missões impossíveis para o presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi Gregori quem engendrou, por exemplo, a solução brasileira para o reconhecimento público e a indenização das atrocidades praticadas durante a ditadura militar. Numa complicada engenharia, generais e ex-guerrilheiros sentaram-se à mesa para um dos mais belos acertos de contas de quem se tem notícia em nações conflagradas.

O chefe de gabinete do Ministério da Justiça é um caso raro em Brasília: faz política em grande estilo montado num cargo asséptico. É uma espécie de fio-terra, ligando o tucanato ao mundo real. Talvez porque em seu peito bata mesmo um coração e não os números de um instituto de pesquisas. Logo depois do massacre de Corumbiara (para quem não se recorda: 11 posseiros mortos num despejo noturno feito pela PM de Rondônia em 1995) foi ele quem recebeu a tarefa de preparar um plano de direitos humanos.

Naquela altura, Corumbiara era mancha solitária na imagem do governo Fernando Henrique. Um acidente nos confins do Brasil, nada mais. Afinal, nos confins da equipe econômica tramava-se a invenção do Proer e de outras maldades "limpas". A encomenda do plano, que agora se transformou em programa, parecia destinada ao consumo externo: seria um atestado de que no governo tucano a barbárie teria tratamento idêntico ao da inflação.

O tempo se encarregou de parir novas Corumbiaras. O programa de José Gregori vem ao mundo num momento em que o governo se encontra cercado por demandas sociais que se confundem com a palavra de ordem (outra vez Gil e Caetano) de fazer deste país uma nação. De nada valerá o programa se o presidente da República não chamar seus aliados e a si mesmo para um severo exame de consciência.

Que espécie de civilização estamos construindo, quando meia dúzia de comandantes de polícias militares fazem do Senado o instrumento da impunidade da tropa? Que governo é esse, que consegue domesticar os senadores para sustentar seu programa de salvação dos banqueiros e não se empenha numa questão de princípio, como o projeto do deputado Hélio Bicudo?

O programa de direitos humanos de José Gregori contempla um amplo arco de providências práticas e propostas legislativas, como se verá quando for anunciado. Transformar palavras em fatos será outra história.